

Resenha

PALAVRAS GRAFADAS, O COTIDIANO DA ESCRITA NA HISTÓRIA

PALABRAS ESCRITAS, EL DÍA COTIDIANO
DE LA ESCRITURA EN LA HISTORIA

WRITTEN WORDS, THE DAILY DAY
OF WRITING IN HISTORY

L'ÉCRITURE DES MOTS, LA JOURNÉE QUOTIDIENNE
DE L'ÉCRITURE DANS L'HISTOIRE.

Fabrizio Adriano* 

GÓMEZ, Antonio Castillo. **Grafias no cotidiano: escrita e sociedade na história (séculos XVI a XX)** / Tradução de Cristina do Rego Monteiro Bonfim e Fabiana Calixto. – Rio de Janeiro: Eduerj; Niterói: Eduff, 2020. 462 p.

* Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Florianópolis/SC, Brasil.

O campo de estudos da chamada história social da cultura escrita ganha novo impulso no Brasil com a publicação da obra de Antonio Castillo Gomez, *Grafias no Cotidiano: escrita e sociedade na história (séculos XVI a XX)*. É a segunda obra do autor publicada no Brasil, mas isto não o faz menos conhecido por aqui tendo em vista sua inserção através da publicação de diferentes artigos e entrevistas em revistas científicas nacionais, bem como a participação em capítulos de livros. Além do que, é comum sua presença em diferentes universidades brasileiras ministrando cursos e palestras. Antonio Castillo Gómez é doutor em história e atualmente trabalha na Universidade de Alcalá, atuando no campo de pesquisa da cultura escrita.

A obra analisada investiga um período temporal bastante amplo, que vai do século XVI ao século XX, uma abordagem temporal que é incomum no meio acadêmico brasileiro atual, entretanto é bastante difundida na historiografia europeia. O espaço de análise da obra está centrado na Espanha, contudo isto não inviabiliza a exploração de “outros contextos europeus, ainda que, em todos, tenha procurado adotar uma perspectiva comparada” (GÓMEZ, 2020, p. 23).

O referencial teórico está baseado nos estudos de Armando Petrucci, Roger Chartier, Robert Darnton, Peter Burke, autores que marcam presença constante nos estudos de Antonio Castillo Gomez. Nos textos, o autor não se limita a referenciar seus teóricos, ele os traz à tona para apontar novos caminhos, novas possibilidades de interpretar clássicos já consagrados em seu campo de estudos e, desta forma, vislumbra possibilidades de ir além, contribuindo para ampliar os horizontes teóricos do campo de pesquisa da história social da escrita.

O livro reúne trabalhos já publicados pelo autor em diferentes periódicos, anais ou como capítulos em diferentes livros. Uma obra extensa, composta por quatorze capítulos, dividida em cinco partes. Na primeira parte, o autor faz uma análise do campo historiográfico da cultura escrita. Neste momento do livro, anunciam-se as questões que o autor procura responder: Quem escreve? Por que escreve? A segunda parte do livro busca definir e caracterizar as escritas de pessoas comuns. Na terceira parte, discorre sobre a escrita epistolar e os livros de memória. Na quarta parte, Antonio Castillo Gómez explora as escritas no cárcere, indo da escrita carcerária no período inquisitorial à escrita dos presos do regime franquista. Na quinta, e última parte, a cidade moderna, como espaço de comunicação, é analisada através da escrita monumental.

No capítulo 1, “Da paleografia à história das práticas de escrever”, o autor começa com uma crítica à micro especialização da história, digerindo-se diretamente aos “(...) efeitos produzidos pela fragmentação e desintegração da análise histórica (...)” (GÓMEZ, 2020, p. 31). Aqui, Antonio Castillo Gomez defende uma perspectiva de história globalizante que leve em conta a história do social, com enfoque global, mas fora das leis do estruturalismo. Este é o enredo que marca as páginas que refletem sobre “as vicissitudes e perspectivas da história da cultura escrita” (GÓMEZ, 2020, p. 31). O processo se desenvolve a partir de uma grande transformação nos estudos paleográficos realizada a partir do paleógrafo italiano Armando Petrucci que passa a buscar “as identidades das pessoas que escrevem – quem escreve – e as razões e os contextos em que se desenvolvem as práticas do escrito – por que se escreve”

(GÓMEZ, 2020, p. 42). Esta nova paleografia teve que buscar novas fontes de pesquisa, indo ao encontro do que tradicionalmente não era considerado fonte histórica. “Cresce então o interesse pelas escritas usuais e os testemunhos escritos – mais difíceis de encontrar pelo seu próprio caráter perecível – das classes subalternas e grupos urbanos” (GÓMEZ, 2020, p. 44).

O capítulo 2, “A Corte do Cadmo: Apontamentos para uma história social da cultura escrita”, busca definir justamente o social subalterno de que o autor fala no capítulo anterior. Na primeira parte do capítulo, tem-se a definição de cultura, depois se discorre sobre o aparecimento dos estudos sobre a história social da cultura escrita. Dialogando com Michel de Certeau, o autor afirma que analisar o discurso por si só é negar a utilização que cada sujeito faz dele na prática. “As práticas corrigem ou matizam a lógica dos discursos mostrando outras vertentes (...)” (GÓMEZ, 2020, p. 64). Aqui fica evidente também sua referência a Roger Chartier que nos fala justamente deste espaço entre a norma e o vivido. “(...) Existe um espaço entre a norma e o vivido, entre a injunção e a prática, entre o sentido visado e o sentido produzido, um espaço onde podem insinuar-se reformulações e deturpações” (1995, p. 182).

O autor faz uso do conceito de representação, mas, lembrando Pierre Bourdieu, alerta que ele também é parte integrante da realidade social. Aquisição, produção, recepção e conservação são as etapas que balizam a trajetória da escrita e devem ser ponto de análise dos historiadores dedicados à história social da cultura escrita. Para isto, o conceito de discurso, as concepções da estética da recepção e a compreensão da memória são ferramentas indispensáveis.

O capítulo 3 inicia a segunda parte do livro e trata das necessidades de escrever das pessoas comuns. Na primeira parte do capítulo, Antonio Castillo Gomez volta-se para a defesa do conceito de classe afirmando que sua negação “(...) seria como dar as costas às diferenças instaladas no seio das respectivas sociedades” (GÓMEZ, 2020, p. 82). É justamente a definição de classes social que fundamenta o termo “escrita de pessoas comuns.” O autor busca conceituar este grupo também a partir de suas características como escreventes, para isto refere-se ao termo “escritas populares,” enfatizando o plural para deixar claro a diversidade deste tipo de escrita. No conjunto das escritas populares, estariam inseridas, de modo geral, “(...) pessoas que não são profissionais da escrita em nenhuma das modalidades que poderia abarcar (...) senão pessoas que se aproximam do mundo escrito por outras razões estritamente pessoais” (GÓMEZ, 2020, p. 83). A classe social, a formação escolar, o uso que fazem da escrita, as próprias características dos textos, expressas em sua materialidade, são elementos que definem o grupo pertencente a escrita popular.

No capítulo 4, abordam-se os processos de memória e esquecimento das escritas populares e o papel dos Arquivos da Escrita Popular que tem se difundido na Europa a partir de 1960. “Já não se tratava tanto de construir monumentais acervos da identidade nacional, mas de abrir novas fontes para o historiador (...)” (GÓMEZ, 2020, p. 119).

O capítulo 5, que abre a terceira parte do livro, trata da escrita epistolar. “(...) Este capítulo (...) enfoca a ferramenta que torna factível cada diálogo escrito, isto é, a escrita e a comunicação epistolar consideradas em um largo período (...)” (GÓMEZ, 2020, p. 126). No século XVI, ocorre a publicação de grande quantidade de manuais para orientar a escrita

epistolar. Na primeira Idade Moderna, este tipo de escrita era amplamente exercido por burocratas, cortesãos, eruditos, emigrantes e freiras e, no decorrer da Idade Moderna, com a popularização dos processos de alfabetização, passa a ser uma prática que avança para a burguesia. Por não ter sofrido mudanças em sua estrutura, a escrita epistolar alcançou a longa duração até o aparecimento do correio eletrônico. Isto não quer dizer que os diferentes grupos de escritores não pudessem ser caracterizados por estilos específicos na grafia deste tipo de documento. Se a estrutura do documento se manteve a mesma ao longo dos séculos, o mesmo não pode se dizer de seu suporte que passou por diferentes transformações, muitas delas atreladas às novas demandas impostas pela popularização dos serviços de correio e pela crescente especialização dos tipos epistolares.

O capítulo 6 aborda as cartas privadas geradas pela emigração espanhola as Índias entre os séculos XVI e XVII. Estas cartas “contem apontamentos muito substanciosos para historicizar o devir dos sentimentos e afetos” (GÓMEZ, 2020, p. 169). Ao tratar das escritas privadas, ao historicizar os afetos, o autor indica sua imersão nos arquivos privados “enquanto os arquivos públicos calavam, os privados, agora tornados públicos, podem fornecer informações e indícios sobre o cotidiano (...)” (CUNHA, 2019, p.114). Neste cotidiano os sujeitos aparecem com seus sentimentos, com seus entendimentos da experiência mundana.

O capítulo 7 trata da tomada da palavra pelo feminino através da escrita confessional das freiras espanholas entre os séculos XVI e XVII. Estas mulheres têm sua escrita marcada pela liberdade vigiada do convento e justificavam a necessidade de escrever devido à inspiração divina. Na parte final do capítulo, o autor trata da “escrita compartilhada”, onde os clérigos religiosos masculinos assumem de forma indireta alguns textos, hora como transcritores, ou na condição daqueles que ditam os escritos as freiras que os transcrevem.

O capítulo 8, que encerra a terceira parte do livro, se dedica às escritas ordinárias dos livros de memórias no século XIX. O autor define livros de memórias como aqueles “(...) que servem para anotar (...) tudo o que não se quer confiar a fragilidade da memória (recuerdo) (...)” (GÓMEZ, 2020, p. 208 e 209). O aumento da população alfabetizada na Espanha e as mudanças nos métodos de ensino passaram a instruir a escrita destes manuscritos. O livro de memórias tem características diferentes do diário, pode ser exemplificado através do livro de contas e do livro de família refletindo uma escrita geracional. Neste capítulo, o autor volta a destacar a denominação de escreventes e não de escritores. A definição de escreventes está diretamente associada ao tipo de escrita que se desenvolve pelas pessoas comuns, como os livros de memória, e, também, pela motivação da escrita, como por exemplo, a organização das finanças familiares. Portanto, os escreventes não seriam escritores profissionais.

No capítulo 9, são analisados os escritos dos presos da inquisição entre os séculos XVI e XVII. O trabalho segue no exame dos escritos do grupo social privilegiado ao longo de toda obra “pessoas comuns.” Analisa-se principalmente as escritas feitas para a própria defesa dos presos. Uma escrita que tinha características em comum: o discurso legitimado através da intervenção divina, a sábia ignorância e humildade com a qual se declaravam os escreventes e a escrita atrelada e desenvolvida sob a ordem inquisitorial. Este tipo de escrita é caracterizado

pelas Cartas de suplica, escritas secretas e escritas na pedra. “O isolamento carcerário gerou assim uma imensa vontade de escrever para resistir (...)” (GÓMEZ, 2020, p. 255).

O capítulo 10 é um dos dois capítulos que abordam elementos distintos da escrita durante o regime franquista na Espanha. Neste capítulo, são analisados os escritos carcerários a partir dos registros “contemporâneos ao momento referido e das memórias e recordações elaboradas posteriormente” (GÓMEZ, 2020, p. 277). O capítulo se desenvolve a partir da compreensão das diferentes modalidades da escrita carcerária. Apesar de abordarem contextos e tempos diferentes os capítulos 9 e 10 apresentam os tipos de escrita carcerária que permaneceram ao longo do tempo, cartas, memórias, suplicas, grafites, diários, memórias por ordem, bem como, as funções semelhantes deste tipo de escrita. A estas formas de escrita carcerária se acrescentam outras que demonstram o perfil dos presos, em sua maioria ligados a oposição ao regime, os jornais e partes. Os partes eram “(...) uma nota que se fazia circular fora da prisão, clandestinamente, para informar sobre a situação em seu interior e a atividade desenvolvida por parte dos presos políticos” (GÓMEZ, 2020, p. 307). Mas, o parte também era lido entre os diferentes grupos de presos, a socialização dos escritos, a produção de jornais demonstra a dinâmica cultural e instrucional das cadeias. “Naturalmente, tais práticas se integram no marco do intenso trabalho educativo, cultural e político desenvolvido pelos presos mais comprometidos” (GÓMEZ, 2020, p. 308).

O capítulo 11 abre a quinta e última parte do livro e aborda o cenário da escrita urbana da primeira Idade Moderna na Espanha. A escrita urbana é a escrita pública feita nos muros, a escrita de contestação mural, mas também é representada pelos “(...) usos de letreiros, cartazes e, inclusive, de outros letreiros destinados a informar sobre o lugar onde se assentavam atividades comerciais e institucionais” (GÓMEZ, 2020, p. 321). As escritas na cidade representam um universo novo da escrita, voltado para um público amplo que se relacionava com os escritos de diferentes maneiras. “As escritas visíveis, mais que se exporem, impuseram-se à vista e eventual leitura de todos, alfabetizados e analfabetos, homens e mulheres (...)” (GÓMEZ, 2020, p. 334).

O capítulo 12, o mais longo do livro, aborda as escritas públicas criminais, a partir do diálogo com acontecimentos ocorridos em diferentes lugares da Europa, mas tendo como base os ocorridos na Espanha. Ao fazê-lo, o autor procura observar as descontinuidades desta forma de escrita que se perpetuou pelo tempo. Escrita que mobilizaram revoltas, mas que também expunham os diferentes mecanismos de controle da palavra. “Submetida as respectivas provas caligráficas, a escrita se revela como um mecanismo delator da identidade e da educação gráfica dos autores e das autoras dos cartazes infamantes” (GÓMEZ, 2020, p. 382).

No capítulo treze, intitulado Escrita, monumento e memória: as lápides aos mortos franquistas, Antonio Castillo Gómez aborda os lugares de memória estabelecidos pelo regime franquista na Espanha “(...) por meio monumentos comemorativos e das escritas depositadas neles (...)” (GÓMEZ, 2020, p. 391). Estes escritos contribuíram para a exaltação e propagação do poder franquista na Espanha. Castillo orienta para “as vinculações entre a escrita monumental, a memória e a propaganda no Primeiro Franquismo” (2021, p.391).

Neste contexto, as escritas monumentais passaram a referenciar os desconhecidos mortos em batalha, os heróis que compunham a memória da pátria através da promoção do “culto aos mortos” (GÓMEZ, 2020, p. 391). Um culto onde a igreja, atrelada ao regime franquista, vinculou a batalha a uma cruzada. Uma política comemorativa que transcendeu o governo e passou a ser realizada também por associações e entidades privadas onde a hierarquia do regime militar também pode ser observada nos escritos. Uma política de memória sob a qual os vermelhos não tinham nenhum direito.

Por fim, o capítulo 14, que encerra o livro, trata das escritas nos muros. Uma escrita urbana que transcende os limites da comunicação digital permitindo uma nova personalização do sujeito que escreve. “Em sua própria liberdade, a escrita mural configura um espaço adequado para a literatura de rua, tão alheia aos critérios que administram a instituição literária” (GÓMEZ, 2020, p. 418). Escrita criminalizada, praticada por aqueles que contestam a ordem, ou os defensores de ordens ainda mais excludentes como os movimentos neonazistas. “Por seu caráter criminal ou impróprio essas escrituras foram, são e serão reprovadas, perseguidas e reprimidas pelo discurso oficial, que modernamente as inclui entre os delitos de vandalismo” (GÓMEZ, 2020, p. 418). Ou, uma escrita que passa a ser absorvida pela cultura de massa e capitalizada em diferentes paredes e galerias.

A escolha dos capítulos e a definição dos conjuntos maiores, reunidos em partes, foi extremamente bem-feita, mesmo que os diferentes conjuntos sejam formados por um número desigual de capítulos e conseqüentemente de páginas. Esta organização elucida a excelente compreensão que o autor tem de sua própria obra, o tempo de pesquisa e a expertise acumulada sobre o tema, enfim, elementos estes que tornam o autor uma referência fundamental.

Pedagógico e erudito, ao mesmo tempo, Antonio Castillo convida, com esta obra, a uma viagem pelos territórios da cultura escrita em suas variadas modalidades e estimula o pensamento, a criatividade, a leitura produtiva e a sabedoria, enfim!

REFERÊNCIAS

- CHARTIER, Roger. **Cultura popular**: revisitando um conceito historiográfico. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 8, nº 16, 1995, p. 179-192. Disponível em: < <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/issue/view/282> > Acesso em: 07 de agosto de 2016.
- CUNHA, Maria Teresa Santos. **(Des)Arquivar**: arquivos pessoais e ego-documentos no Tempo Presente. Florianópolis: Rafael Coppeti Editor, 2019.

FABRICIO ADRIANO possui graduação em História pelo Fundação Universidade Regional de Blumenau FURB (2004), graduado em Geografia pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci UNIASSELVI (2007), especialização em História Social no Ensino Fundamental e Médio pela Universidade do Estado de Santa Catarina UDESC (2006), especialização em Gestão Escolar pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci UNIASSELVI (2016). É mestre pelo programa de Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade do Estado de Santa Catarina UDESC (2018). É Professor da Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina. Atualmente é Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

E-mail: fadriano.blu@gmail.com